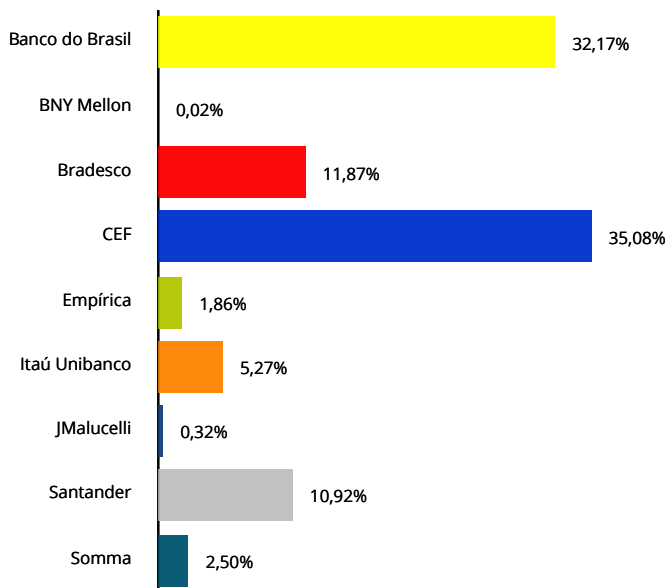


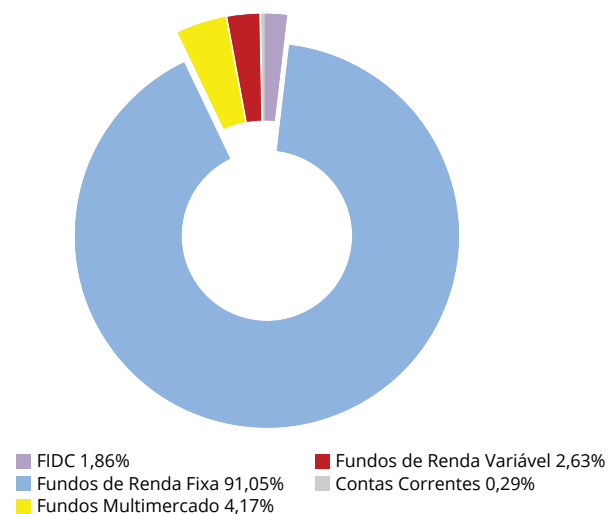
Os recursos do IPRESANTOAMARO são aplicados respeitando os princípios de segurança, legalidade, liquidez e eficiência.

A diretoria do Instituto, assessorada pela SMI Consultoria de Investimentos, vem buscando estratégias para que as necessidades atuariais do Instituto sejam alcançadas de acordo com os prazos estabelecidos. Neste mês a carteira de investimentos está distribuída da seguinte forma:

Distribuição da Carteira por Instituição Financeira



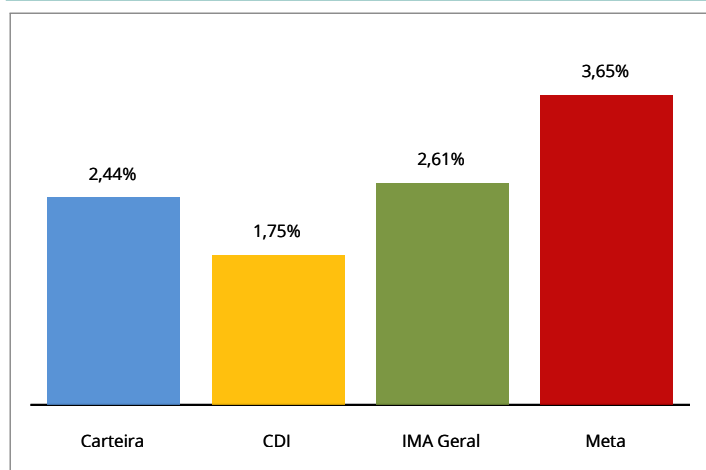
Distribuição da Carteira por Segmento



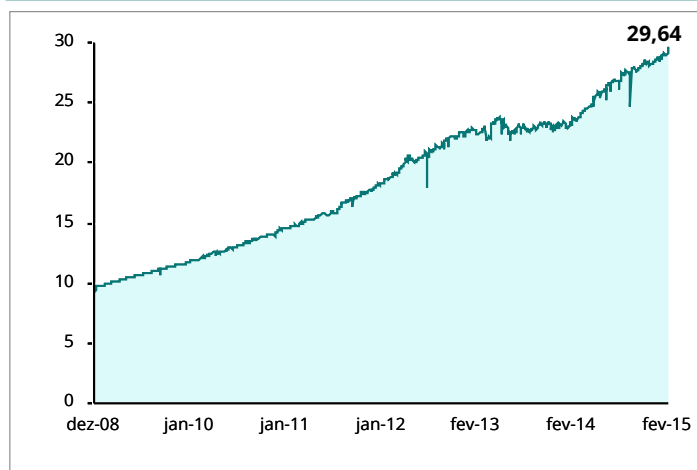
HISTÓRICO DE RENTABILIDADE

COMPARATIVO	NO MÊS	NO ANO	EM 252 DIAS ÚTEIS
IPRESANTOAMARO	1,03%	2,44%	13,67%
CDI	0,82%	1,75%	11,03%
IMA Geral	0,46%	2,61%	13,24%
Meta Atuarial - INPC + 6 %	1,65%	3,65%	14,23%

Carteira x Indicadores em 2015



Evolução do Patrimônio (em R\$ Milhões)



Análise de Desempenho: A carteira do IPRESANTOAMARO tem como principal objetivo superar a Meta Atuarial.



Análise Macroeconômica

Ao longo do mês de fevereiro, a diferença de direção entre as políticas monetárias dos Estados Unidos e da Zona do Euro permaneceu clara, e foi fundamental para a apreciação do dólar e a depreciação do euro em relação às demais moedas. Entretanto, é digno de nota que em relação à moeda brasileira, o euro se apreciou. Na China, conforme havíamos afirmado em nossa Carta Mensal de janeiro, o cenário de crescimento em desaceleração e inflação abaixo da meta propiciaria ao Banco Popular da China um momento adequado à colocação de estímulos monetários – e foi o que o BC chinês fez: reduziu a taxa de juros em um sábado, último dia do mês.

O PIB dos Estados Unidos, de acordo com a primeira prévia divulgada, havia crescido 2,6% anualizados no último trimestre de 2014 – enquanto a expectativa era de crescimento de 3,2%. No entanto, com a primeira revisão divulgada durante o mês de fevereiro, a taxa de expansão passou a ser de 2,2%. Os resultados do mercado de trabalho americano ficaram estáveis, com leve aumento das taxas de desemprego e de subemprego, mas redução dos pedidos semanais de seguro-desemprego. Além disso, os principais indicadores de confiança caíram bruscamente. Em nossa visão, este movimento decorre dos sinais de desaceleração do país e de um pequeno ajuste, dado que os níveis de confiança estavam em patamar relativamente alto.

Com relação à inflação, o CPI (Consumer Price Index) acumulado em 12 meses entrou, de forma surpreendentemente rápida, em território negativo e atingiu -0,1% no mês de janeiro. Como se sabe, assim como inflação elevada não é algo desejável, a deflação também traz riscos à economia, na medida em que as pessoas passam a postergar suas compras com a expectativa de redução dos preços nos meses seguintes. Parte desta mudança brusca (em dezembro o índice acumulava 0,8% de variação em 12 meses) se deve à alteração da metodologia do índice.

Por fim, com relação à política monetária, a presidente do Federal Reserve, Janet Yellen, ao pronunciar-se no Senado americano, indicou que o Fed não segue um calendário definido para começar a elevar os juros, reafirmando que o aumento depende dos desenvolvimentos macroeconômicos e que o Fed poderá alterar sua comunicação. Este último ponto, em especial, foi entendido por parte do mercado como um sinal de que o Fed alteraria o comunicado em uma reunião e já começaria a elevar os juros na reunião seguinte. Em nossa visão, a presidente apenas manteve a sinalização anterior de que não existe um cronograma pré-definido, sendo que o aumento dos juros realmente dependerá dos desdobramentos econômicos. Neste sentido, mantemos nossa expectativa de que os juros serão elevados no terceiro trimestre deste ano, com alguma chance de sua majoração ser postergada para 2016.

Já na Zona do Euro, a expectativa pelo início do programa de estímulos monetários em março ficou em segundo plano. A vitória do partido de extrema-esquerda grego (Syzira), no final de janeiro, fez com que as atenções se voltassem todas para a Grécia.

O partido prometia romper com a Comissão Europeia, com o Banco Central (e deixar a Zona do Euro!) e com o Fundo Monetário Internacional, deixando de adotar os programas de austeridade fiscal implementados no governo anterior. A avaliação era de que tais programas apenas serviam para penalizar ainda mais a situação grega e teriam aumentado o problema do país. Isso em teoria, pois a prática, dada a reação alemã, foi bem diferente. A Alemanha manifestou-se sempre de forma muito clara e enfática, acreditando que a Grécia deveria manter os programas de austeridade e que o caminho do euro não teria volta – depois que o país entrou, não poderia simplesmente decidir sair. O ditado “cão que ladra não morde” acabou ilustrando bem a situação e, ao final do mês, as negociações entre os países avançaram e a Grécia manteve a política restritiva, recebendo mais um empréstimo para honrar seus compromissos de fevereiro. A tendência para a região, no curto prazo, é de relativa estabilidade e depreciação do euro.

Na China, a situação econômica merece atenção. Como havíamos colocado na carta de janeiro, o país passa por um período de desaceleração econômica combinado com inflação baixa. Este é o cenário ideal para a inserção, por parte do Governo, de estímulos monetários, como corte de taxa de juros ou da taxa de depósitos compulsórios. O Governo chinês – como seria de se esperar – não titubeou e cortou a taxa de juros no dia 28 de fevereiro, um pouco antes de anunciar a piora de um indicador de atividade.

É esperado para o início de março o anúncio pelo Governo da meta de crescimento chinês. Acreditamos que o país poderá ter um crescimento de 6,8% em 2015, um pouco abaixo do crescimento de 2014, que foi de 7,3%, de acordo com os dados oficiais.

O cenário econômico brasileiro permanece complexo e perigoso, mas ainda com uma luz no fim do túnel. Para não dizer que não houve boas notícias, os riscos de racionamento de energia elétrica diminuíram um pouco, embora ainda exista a possibilidade de efetivamente ocorrer. O cenário político ganhou relevância pelos desdobramentos da Operação Lava Jato sobre a Petrobrás, e pela possibilidade de o Poder Legislativo atrapalhar os planos de ajuste fiscal



do Ministro da Fazenda Joaquim Levy.

Ao longo de fevereiro foi divulgada a taxa de desemprego do mês de janeiro, que cresceu muito rapidamente em comparação a dezembro: a taxa pulou de 4,3% para 5,3%. Parte desta piora é reflexo do período de estagnação econômica pelo qual o Brasil vem passando, das vagas de emprego que têm sido destruídas, e do aumento da população que buscou emprego. As más notícias sobre a situação econômica brasileira, no entanto, não pararam por aí. O IPCA-15 de fevereiro (uma espécie de prévia da inflação oficial) assinalou 1,33% de variação, em decorrência dos primeiros impactos do ajuste fiscal de Levy – aumento do preço de energia elétrica e dos combustíveis. Para piorar, nossas projeções – e de todo o mercado – para as principais variáveis macroeconômicas só pioraram: passamos a projetar retração de 1% e inflação de 8% neste ano.

Este cenário macroeconômico frágil foi agravado pela necessidade iminente de um ajuste fiscal. Na verdade, o primeiro mês de Joaquim Levy como Ministro da Fazenda já trouxe um bom resultado de superávit primário: R\$ 21 bilhões por parte do Governo consolidado, o que equivale a mais de 30% da meta de superávit deste ano. Levy anunciou ainda outras medidas fiscais ao final do mês de fevereiro, como a reversão das desonerações tributárias inseridas por seu antecessor na Fazenda, os novos parâmetros para o Reintegra, além de ter aumentado a transparência dos gastos públicos com a nova Programação Financeira do Ministério. Estas medidas, em conjunto, certamente são suficientes para o atingimento da meta de superávit primário de 2015.

A principal dificuldade, porém, é de cunho político e não econômico. Como foram editadas por meio de Medida Provisória, se não forem rejeitadas pelo Presidente do Senado, valerão por seis meses e depois necessitarão de aprovação do Congresso. Neste caso, a tendência é que o governo sofra, tendo em vista que a fraca articulação da Presidente Dilma com as lideranças dos partidos aliados pode levar tais partidos a um período de oposição ao Governo, rejeitando as medidas do Ministério da Fazenda e pondo em xeque o ajuste fiscal brasileiro. Ainda acreditamos que a meta de superávit primário será cumprida, mas tememos pela necessidade de o ajuste ser feito de maneira ainda mais impactante para a economia.

Ao longo de março, o debate sobre a nota de risco soberano brasileiro (o “rating”) deve chamar a atenção. Duas das principais agências estrangeiras de risco estarão no Brasil para avaliar a situação fiscal do nosso país e, desta forma, decidir se mantêm ou rebaixam sua nota de rating atual. Como se já não bastassem os fatores atuais de risco do país, a maior empresa brasileira, a Petrobrás, teve sua nota de rating rebaixada e perdeu o grau de investimento. Este fato adicionou mais preocupações sobre o risco-país, dado que se passou a especular que o Tesouro Nacional poderia ajudar a Petrobrás, comprometendo o resultado primário. Por ora, estas informações não passam de especulações e o perfil de Levy não parece condizer com este tipo de intervenção.

Com relação à política monetária, ao longo de fevereiro mantivemos nossa expectativa de elevação da Taxa Selic em 0,50 p.p. na reunião de início de março, e de mais uma elevação em 0,25 p.p. na reunião de abril. Assim, a meta da Taxa Selic seria elevada a 13% a.a., especialmente devido à perspectiva inflacionária muito preocupante para os próximos meses. Continuamos acreditando em chances relevantes de serem feitos cortes nas taxas de juros no final deste ano, caso seja necessária a realização de um racionamento de energia elétrica, que reduziria ainda mais o crescimento de 2015. A definição da trajetória da política monetária por parte do Copom está longe de ser uma tarefa trivial – o Comitê precisará decidir se deseja mesmo convergir a expectativa de inflação de 2016 para 4,5%, ou evitar uma recessão mais intensa neste ano.

Para completar o cenário, a aversão a risco global (motivada pela Grécia) e as dificuldades internas brasileiras fizeram com que a moeda americana disparasse ao longo do mês de fevereiro. A tendência para o dólar no médio prazo permanece de apreciação, mas poderemos ver movimentos de correção do câmbio para baixo se Levy conseguir reconquistar, mais uma vez, a confiança do investidor estrangeiro.

Renda Fixa

O mês de fevereiro foi um mês ambíguo. Apesar do aumento da liquidez proporcionado pela Europa e China e da redução da aversão ao risco no cenário internacional, o cenário de estresse político interno, no plano fiscal, pressionou as taxas de juros no mercado local.

No Brasil, a instabilidade política, a piora na perspectiva do crescimento e da inflação (que aponta para o estouro da meta) e o risco de rebaixamento da classificação de risco pelas agências internacionais pressionaram para cima a



curva de juros e o dólar. Os juros de curto prazo (com vencimento em janeiro de 2016) abriram o mês a 12,78% a.a. e fecharam em 13,04% a.a. Esse movimento de alta ficou ainda mais nítido nos juros de longo prazo (com vencimento em janeiro de 2021) que abriram o mês em 11,09% a.a. e fecharam em 12,22% a.a. Os índices de renda fixa IMA-B e IRF-M tiveram uma alta marginal no mês. O IMA-B fechou em 0,54% e o IRF-M fechou em 0,29%. O CDI, em um mês curto, apresentou variação de 0,82%.

A melhora do cenário de confronto na Ucrânia e a expectativa de um acordo entre a União Europeia e a Grécia reduziram o sentimento de aversão ao risco, levando a uma abertura das taxas de juros de longo prazo dos títulos americanos e a uma melhora no mercado internacional de commodities. Os juros de 10 anos, por exemplo, abriram o mês de janeiro em torno de 1,66% a.a. e fecharam em 2% a.a. Apesar de ainda terem fechado em níveis mais baixos que os do mês de janeiro, as principais commodities apresentaram leve melhora. Apenas o petróleo apresentou uma alta absoluta. No entanto, com relação às negociações com a Grécia, a instabilidade permanece no ar uma vez que as negociações deram um fôlego ao país até junho. Portanto, provavelmente voltaremos a falar sobre os gregos em uma próxima Carta Mensal.

Apesar da melhora na percepção dos riscos externos, o real voltou a perder valor frente ao dólar. A moeda americana chegou a quase R\$ 2,88 no fechamento do mês, com uma apreciação frente ao real de 8,36% no período. A declaração do Ministro da Fazenda Joaquim Levy, no final do mês de janeiro, sobre o alto custo de controle do câmbio, aliada ao fim do programa de swaps cambiais, que está previsto para acabar o final de março, foram fatores que contribuíram para o alcance do atual patamar do dólar.

Renda Variável

Após um janeiro com forte queda e muita oscilação, o Ibovespa teve alta de 9,97% em fevereiro. O foco do mercado continua na Petrobrás, Operação Lava-Jato, ajuste fiscal e as tensões políticas entre o PT, Congresso Nacional e Sindicatos que começam a gritar contra as medidas de corte do novo Ministério da Fazenda. Apesar da expressiva alta do mercado acionário, os últimos dados econômicos divulgados ainda apontam um cenário de deterioração da atividade. A confiança do empresário e do consumidor, assim como as expectativas coletadas no Boletim Focus não indicam melhora no cenário doméstico.

O Ibovespa começou a primeira semana do mês de fevereiro com uma alta de 5%, recuou rapidamente e logo acelerou para fechar o mês próximo de 10%. Este movimento lembrou o período eleitoral, pois a Petrobrás, mesmo com a perda do grau de investimento pela agência Moody's, subiu 17%; a mineradora Vale, que sofre com a queda do minério de ferro, subiu 11,8% e a Estácio de Sá fechou com 15,6% mesmo envolta às incertezas do Programa Educacional FIES. O bom resultado dos bancos também refletiu positivamente (Itaú Unibanco, Bradesco, Santander e Banco do Brasil).